

Votação da Estrutural é adiada

Bancada governista impede votação e lideranças fazem acordo para a proposta ser votada na próxima terça-feira

Fotos: Sheyla Leal e Antônio Cunha

A bancada do governo impediu ontem de manhã que o projeto que cria a Cidade Estrutural fosse votado em segundo turno. A bancada de oposição ainda tentou uma sessão extraordinária, mas não foi atendida pelo presidente da Câmara Legislativa, Geraldo Magela (PT), que não colocou o projeto na pauta. Na parte da tarde, um acordo fechado com os líderes partidários adiou a votação para a próxima terça-feira.

O projeto recebeu ainda mais quatro propostas de emenda sendo duas do Partido dos Trabalhadores. As emendas terão que tramitar nas comissões e o Governo do Distrito Federal vai continuar a operação de retirada de barracos na área da invasão do Lixão, na Via Estrutural, segundo informações da deputada Lúcia Carvalho (PT).

As emendas apresentadas pelos deputados Adão Xavier (PFL) e Odilon Aires (PMDB) aumentam a demanda por lotes na área invadida. Adão quer que o governo atenda, além dos moradores da invasão, 10 mil pessoas que receberam o "cheque-lote" e estão esperando

desde o governo passado. Odilon quer ainda assegurar área para os servidores militares da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Exército, Aeronáutica e Marinha que residam em Brasília há mais de cinco anos e que não possuam imóveis.

O Partido dos Trabalhadores apresentou duas emendas, mas resolveu retirar a que exigia o cumprimento da ordem de inscrição no Instituto de Desenvolvimento Habitacional de Brasília (Idhab), por entender que o projeto já prevê isso. A outra emenda do PT determina que a área da Cidade Estrutural seja uma decisão do Instituto de Planejamento Territorial do Distrito Federal (IPDF), de acordo com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT).

A quinta emenda foi apresentada pelo deputado Manoel de Andrade (PP). Ele quer que seja dada preferência no assentamento da Cidade Estrutural para quem já tem o "cheque-lote". Há três anos ele votou contra o projeto do deputado José Edmar (PSDB), mas disse que "naquela época existiam outras áreas disponíveis".



Os lugares das galerias da Câmara Legislativa não foram suficientes para acomodar as pessoas que acompanharam a votação